

O conceito de cultura política: das origens na ciência política norte-americana à historiografia contemporânea

 Carolline da Silva Soares*

 Leonardo Baptista**

Resumo: Por meio deste trabalho propomos uma breve discussão acerca da trajetória do conceito de cultura política, partindo das suas primeiras formulações na ciência política norte-americana – com os trabalhos de Gabriel Almond e Sidney Verba – e enfatizando seus usos, apropriações e reconstruções pela historiografia contemporânea. Neste sentido, buscamos perceber em que medida o referido instrumento conceitual tem se inserido no contexto dos debates e trabalhos realizados no campo da Nova História Política, atentando para as possibilidades e os limites de sua exploração nas análises históricas dos fenômenos políticos. Como exemplos de caso, destacamos, mesmo que brevemente, algumas análises acerca da História do regime militar no Brasil (1964-1985).

Palavras-chaves: Cultura Política, História, Nova História Política.

The concept of political culture: from its origins in American political science to contemporary historiography

Abstract: Through this article we propose a brief discussion about the history of the concept of political culture, starting from the first formulations of north-american political science – with the works of Gabriel Almond and Sidney Verba – and emphasizing its uses, appropriations and reconstructions by contemporary historiography. In this sense, we seek to understand to what extent this conceptual instrument has been inserted in the context of debates and works carried out in the field of The New Political History, paying attention to the possibilities and limits of its exploration in the historical analyses of political phenomena. As examples of the case, we highlight, even briefly, some analyses about the history of the military regime in Brazil (1964-1985).

Keywords: Political Culture, History, New Political History.

* Carolline da Silva Soares é doutora em História Social das Relações Políticas (PPGHIS), pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atualmente cumpre pós-doutorado no mesmo programa, sob a supervisão do Prof. Gilvan Ventura da Silva e apoio da CAPES. E-mail: carollines@gmail.com

** Leonardo Baptista é mestre em História Social das Relações Políticas (PPGHIS), pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: leobapt@gmail.com



O conceito de Cultura Política e suas primeiras formulações teóricas¹

Entre as décadas de 1950 e 1960, a ciência política norte-americana deu os primeiros passos para uma formulação sistemática do conceito de cultura política. A obra "The civic culture: political attitudes and democracy in five nations" (1963), de Gabriel Almond e Sidney Verba, é concebida pelos especialistas como a referência inicial e obrigatória sobre o tema (Rennó, 1998; Kuschnir; Carneiro, 1999; Motta, 2009).²

As incertezas em torno do futuro das democracias ocidentais e a previsão de sua difusão pelas nações emergentes, no pós-Segunda Guerra Mundial, lançaram os pesquisadores norte-americanos, fundamentalmente, à busca por melhor compreender o desenvolvimento e as condições favoráveis para a consolidação dos sistemas democráticos participativos. É diante dessa preocupação que emerge o trabalho de Gabriel Almond e Sidney Verba, ao qual nos referiremos nas próximas linhas.

Preocupados em definir os fatores que possibilitariam a formação de regimes políticos estáveis, aqueles pesquisadores buscaram a construção de um novo paradigma para a compreensão dos fenômenos políticos. Nessa direção, partiram de um enfoque multidisciplinar que combinou as perspectivas da sociologia, da antropologia e da psicologia³. Dessa forma, destacaram a importância das dimensões subjetivas dos indivíduos para explicar suas respectivas orientações e atitudes políticas, e propuseram um estudo dos fatos políticos por meio de uma abordagem comportamental

¹ O texto em questão foi apresentado no V Encontro Internacional UFES/Paris-Est: Seres vivos, representações, narrativas e histórias, que ocorreu entre os dias 27 e 30 de abril de 2015, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e publicado no Anais do evento na forma de resumo completo. No entanto, o texto aqui apresentado sofreu alterações e adições de informações para se transformar em artigo científico e poder ser publicado nesta revista.

² Gabriel Almond (1980: 1-6) esboça um quadro histórico onde afirma que conceitos e categorias que envolvem o estudo das culturas políticas já estavam implícitos em textos mais antigos que remontam, por exemplo, a Aristóteles, Platão, Maquiavel, Montesquieu, Rousseau e a Tocqueville. Porém, a obra a que nos referimos é considerada como marco inaugural de uma tentativa de sistematização de um arcabouço teórico em torno do conceito.

³ Almond (1980) e Verba (1980) destacam as disciplinas e áreas do conhecimento que influenciaram suas formulações, tais como: teorias macrosociológicas de Weber e Parsons; estudos de opinião pública; psicologia social; psico-antropologia; e o desenvolvimento das técnicas de pesquisa de *survey*.

(Kuschnir; Carneiro, 1999: 227). Diante desses pressupostos é que se formula o conceito de cultura política, elemento central de suas análises.

Segundo Almond e Verba (1963: 12-13), o termo cultura política se refere a um conjunto de orientações e atitudes políticas compartilhadas pelos indivíduos de uma sociedade em relação ao sistema político e aos papéis que os mesmos assumem enquanto atores políticos. Tal concepção se assentava numa noção de cultura incorporada da antropologia, mas de viés psicológico, pela qual ela seria uma “orientação psicológica para objetos sociais”. Por orientações, entendem-se os aspectos interiorizados dos objetos e das relações pelos indivíduos. De acordo com essas premissas, para esses pesquisadores, quando se fala em cultura política de uma nação, reporta-se à forma pela qual o sistema político é interiorizado e expressado nas cognições, nos sentimentos e nas avaliações dos membros da sociedade.

A noção de cultura política utilizada por Almond e Verba atribui grande importância ao processo de socialização como lugares de definição do comportamento político dos indivíduos e grupos. Tal fenômeno se daria em espaços sociais distintos como a família, a escola e o trabalho (Kuschnir; Carneiro, 1999: 228).

A construção do conceito de cultura política emergiu da necessidade de se tentar abarcar as dimensões subjetivas que explicariam os comportamentos políticos dos indivíduos diante do sistema político. É dessa forma que valores, crenças, sentimentos e conhecimentos passam a ser apontados como elementos motivadores e norteadores das orientações e das atitudes políticas dos atores políticos. Assim, Almond e Verba se lançam ao “estudo da cultura política democrática e as estruturas sociais que a sustentam” (Almond; Verba, 1963: 1). Suas pesquisas deram forma a uma tipologia baseada em diferentes culturas políticas que se originariam das distintas formas de orientação política dos sujeitos e das classes de objetos políticos para as quais elas se destinariam.

A avaliação subjetiva que os indivíduos fazem do sistema político que gere a sociedade poderia ser dividida em três tipos de orientações: 1)

orientação cognitiva, pautada nas crenças e conhecimentos sobre o sistema político e o papel dos sujeitos em relação ao mesmo; 2) *orientação afetiva*, baseada nos sentimentos individuais perante a estrutura política; 3) *orientação valorativa*, referente à apreciação que o indivíduo faz a partir da combinação de elementos cognitivos e afetivos que permitem o julgamento e a emissão de opinião em relação ao sistema político. Em seguida, surgem como fatores de diferenciação das culturas políticas os objetos políticos para os quais aquelas orientações (cognitiva, afetiva, valorativa) se direcionam: o sistema político “geral” e seus elementos constituintes, e os papéis dos indivíduos na estrutura política.⁴

Com base nesses elementos, Almond e Verba (1963: 16-18) postularam três tipos principais de cultura política que se desenvolveriam em diferentes sociedades e sistemas políticos. A *cultura política paroquial* ocorreria em sociedades de organização simples, nas quais estão ausentes as instituições políticas especializadas, e há pouca diferenciação entre as esferas política, econômica e religiosa, e se apresenta um baixo nível de participação política. A *cultura política de sujeição* marcaria as sociedades nas quais os indivíduos focalizam suas orientações para as estruturas executivas e administrativas, encarregadas de dar respostas aos anseios individuais e coletivos. Essa seria um modelo típico de estados autoritários, nos quais se observaria um alto grau de passividade dos atores sociais perante o sistema político. Por último, a *cultura política participativa*, que caracterizaria as sociedades orientadas para os processos políticos nos quais os cidadãos têm papel ativo e opinam sobre a política, sendo ela específica dos sistemas democráticos.

⁴ Os autores assim definem esses objetos: “Ao classificar os objetos da orientação política, começamos com o sistema político ‘geral’. Lidamos aqui com o sistema como um todo e incluem sentimentos como o patriotismo ou a alienação, [...] e da classe política [...]. No outro extremo nós distinguimos orientações ao ‘eu’ como ator político; o conteúdo e a qualidade das normas da política pessoal da obrigação, e o conteúdo e a qualidade do sentido da competência pessoal perante o sistema político. Ao tratar os elementos do sistema político distinguimos as primeiras, três classes largas de objetos: (1) papéis ou estruturas específicas, tais como corpos legislativos, executivos, ou burocracias; (2) encarregados das funções, tais como, em particular, monarcas, legisladores, e administradores, e; (3) em particular, as políticas públicas, decisões, ou execuções das decisões. [...]” (Almond; Verba, 1963: 14-15, tradução nossa).

Almond e Verba observavam que a cultura política de uma sociedade tinha impacto sobre o funcionamento dos sistemas políticos. Doravante, analisaram as orientações políticas individuais para relacioná-las aos fenômenos da estrutura política. Ademais, almejavam a construção de modelos explicativos para a convergência entre a cultura política e a organização de sistemas políticos estáveis. A questão era verificar que tipos de práticas de socialização são suscetíveis para a produção de culturas políticas apropriadas a sistemas políticos estáveis, e que qualidades fundamentais são necessárias para que isso aconteça no desenvolvimento dos regimes democráticos.

A partir desses pressupostos, o objetivo dos pesquisadores era inferir o conteúdo da cultura democrática, não por meio das características de suas instituições e nem das condições sociais prevalecentes, mas das atitudes individuais observadas empiricamente em diferentes democracias (Kuschnir, Carneiro, 1999: 231). Nessa direção, Almond e Verba escolheram como amostra os sistemas democráticos de cinco países: Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha, Itália e México. Nessa direção, empreenderam uma análise comparativa à luz dos contornos e problemas peculiares de cada nação, através de entrevistas e enquetes – os *surveys* – almejando obter a descrição da história de vida política dos indivíduos. No exame dos dados, tratou-se da micropolítica, ou seja, das orientações políticas e comportamentos individuais, mas não para compreendê-los isoladamente, e sim como integrantes de um sistema social complexo. Dessa forma, tentaram relacionar as atitudes dos atores políticos com a maneira na qual os sistemas políticos operam, expressando a estreita relação entre a cultura política e o funcionamento dos sistemas políticos: ela seria o elo entre as orientações-atitudes políticas individuais (dimensão micropolítica) e as estruturas políticas (dimensão macropolítica) da sociedade.

A partir dos dados coletados e analisados, Almond e Verba (1963: 20) sustentaram que um maior grau de estabilidade do sistema político ocorreria a partir da congruência entre este e uma cultura política consistente que o sustentasse. Assim, identificavam como padrão máximo desse fenômeno a

emergência do que categorizaram como *culturas cívicas*, outro elemento central em suas formulações.

A cultura cívica, segundo Almond e Verba, teria aparecido pela primeira vez na Grã-Bretanha já no século XIX (Almond; Verba, 1963: 5-6), e é identificada à democracia norte-americana de então. Esse modelo cultural seria caracterizado por uma extensão máxima da cultura política participativa, pela qual os cidadãos têm participação ativa, racional, com base nas informações que acumulam por meio da experiência política e dos espaços de socialização política (família, trabalho, escola, etc.). Combinando elementos modernos e tradicionais do desenvolvimento histórico das sociedades, a cultura cívica demarca uma condição histórica em que a cultura política de participação, agregada às instituições democráticas, possibilitaria o máximo de estabilidade para o regime democrático e seu pleno desenvolvimento (Almond; Verba, 1963: 29-30).

Das críticas ao modelo proposto por Gabriel Almond e Sidney Verba

Depois de lançarmos perspectiva sobre alguns dos aspectos mais importantes da construção teórica sobre o conceito de cultura política em "The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations" (1963), achamos importante, neste momento, apresentarmos uma síntese das principais críticas lançadas ao modelo proposto por seus autores nesse texto.⁵ As apreciações e revisões críticas em torno das elaborações conceituais que seguiram a essa obra foram importantes para as reformulações e aprofundamentos em torno do tema.⁶

⁵ Como afirma Lúcio Rennó (1998: 71), os principais enfoques sobre os estudos de cultura política, desde a década de 1960, foram influenciados pelos temas definidos nessa obra, assim como as críticas que se sucederam às formulações de Gabriel Almond e Sidney Verba. Esse autor chega a definir o arcabouço teórico esboçado nesse livro como uma "tradição dominante" da teoria de cultura política.

⁶ Como destacou Verba (1980: 395-394), os críticos às formulações teóricas daquela obra usam-na como base para dar passos futuros sobre o tema. O autor ainda destaca que as deficiências teóricas e metodológicas que abriram espaço para tais críticas resultaram do pioneirismo da abordagem proposta à época, que tinha como escopo uma análise comparativa

Revisando as principais críticas às formulações sobre cultura política fundada em Almond e Verba, Rennó (1998) identificou que, já desde anos 1960, tal modelo sofreu fortes ataques de distintos movimentos acadêmicos – à esquerda e à direita. Sumariamente, as críticas centrais se referem a questões que estão entrelaçadas nesse arcabouço teórico, sendo elas: a relação indeterminada entre cultura política e estrutura política; o viés liberal democrático das formulações; e, a capacidade explicativa do comportamento político da análise a partir da cultura política (Rennó, 1998: 77).

A relação entre cultura e estrutura política é central ao debate (Rennó, 1998: 78). Sobre essa questão, Moisés (2008: 16) afirma que o modelo proposto por Almond e Verba foi criticado pelo determinismo cultural que estaria presente em suas formulações. O argumento era de que, ao buscar explicar a consolidação dos regimes políticos, esses pesquisadores afirmariam que tal fenômeno dependeria, em qualquer situação, da existência prévia de valores culturais congruentes com as suas instituições. E mais: que as instituições políticas existiriam e assumiriam suas formas na dependência de uma cultura política que lhe fosse convergente. No entanto, em relação a esse aspecto, esse autor ressalva a teoria dos norte-americanos, ao afirmar que eles

[...] teriam adotado o suposto segundo o qual estrutura e cultura se influenciam mutuamente, ou seja, valores afetam a escolha de instituições (seu desenho e sua missão) e o funcionamento positivo ou negativo destas moldam a cultura política, contribuindo para sua continuidade ou mudança (Moisés, 2008: 17).

Segundo Rennó (1998), essa flexibilidade causal da relação entre cultura política e estrutura política foi ignorada pelos críticos do modelo de Almond e Verba. Nessa direção, por exemplo, posicionaram-se os intelectuais marxistas, entre os anos 1960 e 1970, defendendo que a cultura política é efeito e não causa da estrutura política e socioeconômica. Doravante, também questionaram a capacidade explicativa dessa tradição teórica em relação ao comportamento político ao afirmarem que a ausência das variáveis

de alcance transnacional, e o uso de técnicas de pesquisa ainda em desenvolvimento – os surveys.

socioeconômicas na abordagem impediria a avaliação dos interesses e preferências políticas dos atores (Rennó, 1998: 75-06). Por outro lado, críticos à direita ignoravam a variável cultural, definindo-a como um dado e não um problema de análise. Baseados na teoria da escolha racional, argumentavam que o comportamento político e a estrutura resultavam do cálculo racional e econômico dos atores em relação ao custo e benefício de suas escolhas, que buscavam a maximização dos seus interesses em curto prazo (Rennó, 1998: 72-73).⁷

Almond e Verba também foram criticados por proporem uma análise comparativa que, tomando o modelo da democracia liberal como referência, deixava implícita a ideia de que os sistemas políticos norte-americano e britânico eram ideais, hierarquicamente superiores, e o padrão a ser alcançado por nações que não teriam atingido tal condição (Motta, 2009: 16). Assim, também se criticava o caráter etnocêntrico da teoria dos pesquisadores norte-americanos. Isso porque, considerando o contexto de produção da obra, na conjuntura dos conflitos ideológicos da Guerra Fria, evidencia-se na teoria de Almond e Verba seu aspecto ideologizado, no sentido de reforçar as democracias ocidentais frente ao bloco socialista soviético. Para tanto, percebe-se a elevação da cultura cívica democrática, base das sociedades britânica e norte-americana, como um estágio a ser alcançado por qualquer nação no desenvolvimento da sua história política (Dutra, 2002: 15-16).

Além desses aspectos, a própria tipologia das culturas políticas, que as enquadrava em três modelos – paroquial, súdita e participante –, foi criticada, na medida em que apontava para um roteiro esquemático e funcionalista, o que soava para muitos estudiosos como uma redução da realidade complexa

⁷ Sobre a questão, Gabriel Almond defendeu que seria incorreta a crítica de que em "The Civic Culture" fora definido que a estrutura política resultava da cultura política. O autor argumenta que na obra se atesta que o "[...] desenvolvimento de padrões culturais específicos é explicado por referência a experiências históricas específicas [...] a cultura política é tratada como uma variável independente e dependente, como causadora de estrutura e como sendo causada por ela [...]" (Almond, 1980: 29). Ademais, o autor destaca uma premissa importante ao se considerar o possível papel da cultura política como fonte dos comportamentos políticos, ao afirmar que "[...] o poder explicativo das variáveis da cultura política é uma questão empírica, aberta a hipóteses e testes" (Almond, 1980: 26).

dos fenômenos políticos. Contudo, Motta (2009: 17) defende, em termos, Almond e Verba dessa crítica. Esse historiador afirma que, apesar de enfatizarem o espaço nacional, preocupando-se com culturas políticas que amalgamariam toda uma sociedade em determinado país, o que indicaria uma visão homogeneizante, eles não seriam tão simplificadores do fenômeno político. Considerando a heterogeneidade do fenômeno das culturas políticas, por exemplo, os pesquisadores norte-americanos teriam apontado para a existência de subculturas políticas⁸ em determinadas nações. Assim, no seio de uma cultura política haveria elementos de outras matrizes, gerando a situação na qual diferentes orientações políticas podem subsistir no seio de uma cultura política.

Apesar dessas críticas, Rennó (1998: 88) destaca que, tomando cuidados com essas problemáticas e realizando algumas correções, a abordagem analítica e conceitual de Almond e Verba continua a oferecer um arcabouço útil para o estudo dos fenômenos políticos. Nesse sentido, esse autor destaca que, na ciência política, as pesquisas que passaram a enfatizar as noções de heterogeneidade cultural e mudanças da cultura política a partir dos anos 1990 contribuíram no sentido de aumentar a precisão na análise de um determinado grupo, principalmente a partir do estudo das subculturas políticas. O autor afirma:

Aumentar a precisão nos estudos de cultura política significa, basicamente, esclarecer o tipo de relação existente entre cultura e estrutura. Nesse sentido, o estudo sobre a formação de subculturas políticas permite definir com maior clareza essa relação, já que se trata de um esforço de análise da influência de variáveis estruturais econômicas, sociais e políticas para a definição das preferências culturais. O destaque para a convivência de valores novos com antigos também é fundamental (Rennó, 1998: 89).

⁸ Segundo Almond e Verba (1963: 27, tradução nossa), “primeiramente, o termo [subcultura política] pode ser usado para se referir aos estratos da população que são, persistentemente, orientados em sentido único para entradas e saídas da política, mas são orientados ‘allegiantly’ para a estrutura política. Assim, nos Estados Unidos, a esquerda do Partido Democrático e a direita do Partido Republicano aceitam como legítimo as estruturas da política e do governo americanos, mas se diferem persistentemente um do outro sobre uma série de questões de política interna e externa. Nós nos referimos a elas como subculturas políticas”.

Assim, se encaminharam as análises baseadas na concepção de “racionalidade cultural”⁹, que tenta articular as formulações originárias de Almond e Verba à teoria da escolha racional. Tal modelo analítico parte da premissa de que:

[...] Quando ligada diretamente ao comportamento político do cidadão, a esfera cultural constitui um instrumento relevante de análise da realidade política. Nesse sentido, o objetivo desse enfoque passa a ser a caracterização dos valores distribuídos por uma população e as maneiras como esse conjunto de orientações subjetivas afeta a ação política desse cidadão e o funcionamento de todo o sistema político. Descarta-se a intenção de classificar culturas em relação a um tipo ideal. Com isso, qualquer acusação de viés anglo-americano toma-se obsoleta (Rennó, 1998: 88-89).

Ao mesmo tempo, ao focalizar as interações sociais e a relação dos indivíduos com o sistema político-social, essa abordagem permitiria melhor precisar a relação entre cultura política e estrutura política. Considera-se que os atores atuam social e politicamente influenciados também pelos valores culturais. O cálculo dessa ação pelo indivíduo considera sua posição no contexto cultural e estrutural. O custo e o benefício das suas preferências são calculados dentro do campo de possibilidades do ambiente cultural e histórico onde ocorrerá a tomada de decisão (Rennó, 1998: 89).

A despeito das críticas e até mesmo das possíveis incompreensões que emergiram do contato com as formulações teóricas de Gabriel Almond e Sidney Verba, o fato é que esses pesquisadores trouxeram significativas contribuições para os estudos do político. Dessa forma, a abordagem do político por meio do conceito de cultura política, como propuseram pioneiramente, descortinou um campo privilegiado para a compreensão das relações entre as dimensões micro e macro da política em sociedade, na

⁹ Segundo Rennó (1998: 85-87), o conceito de “racionalidade cultural” foi concebido pelo pesquisador Aaron Wildavsky e adotado por Ruth Lane, onde se associa a teoria tradicional de cultura política e a teoria da escolha racional. Trata-se de um modelo de análise da cultura política que enfoca explicar o funcionamento e a elaboração de valores e atitudes dos indivíduos ao invés de descrevê-los, partindo de quatro proposições chaves: a cultura política é uma racionalidade (racionalidade cultural) entre outras possíveis na realidade, como a econômica, por exemplo; ela se constrói de forma incremental; assim, uma nação é formada por um conjunto de culturas políticas; e há um número limitado de culturas políticas determinado pelas circunstâncias históricas de cada sociedade.

medida em que tinha como meta, justamente, compreender os valores que orientam as motivações e atitudes dos indivíduos frente à política institucional (Almond; Verba, 1963: 31-32). Ademais, eles desenvolveram questões basilares que lançaram a análise dos fenômenos políticos para abordagens teóricas e metodológicas que considerassem cada vez mais a influência dos aspectos culturais e subjetivos nos comportamentos políticos dos indivíduos em sociedade. Cabe-nos agora, voltarmos à atenção para alguns dos usos e apropriações realizados pelos historiadores acerca do conceito, assunto que desenvolveremos a seguir.

A Cultura Política e a Nova História Política

O diálogo entre historiadores e cientistas sociais ao longo do século XX permitiu a apropriação do conceito de cultura política pela História. Isso ocorreu entre os anos 1980 e 1990, no contexto de renovação e crescimento dos estudos históricos do político, que originou a chamada “Nova História Política”.¹⁰

Partindo do entendimento que o fenômeno político está inserido e articulado – até mesmo gerindo, influenciando e sendo influenciado – às outras dimensões da vida coletiva e individual (social, econômico, cultural, etc.), a produção da História Política intensifica as relações interdisciplinares. Assim, afirma-se a impossibilidade de se praticá-la de forma isolada. Dessa forma, dos empréstimos tomados de outras disciplinas – conceitos, técnicas de pesquisa, vocabulário – novos objetos e abordagens emergem em torno do político, conferindo-lhe grande fôlego nas pesquisas histórica das últimas décadas (Remond, 2003: 29).

Motta (2009: 13-14) afirma que as mudanças pelas quais passou a História Política decorreram da hegemonia que o paradigma culturalista

¹⁰ René Remond (2003) atestou tal fenômeno historiográfico, que se irradiou dos historiadores franceses para o mundo acadêmico desde a década de 1980, e foi importante para o retorno do político como um dos enfoques preferenciais da historiografia contemporânea.

passou a exercer sobre os historiadores nas últimas décadas. Desde então, a compreensão histórica dos fenômenos políticos buscou nos fatores culturais elementos para sua reflexão, abrindo novas perspectivas de análise. É nessa conjuntura que o conceito de cultura política ganha espaço, ao permitir uma abordagem cultural das relações de poder.

Segundo Berstein (1998: 349), a cultura política emerge como objeto dos historiadores a partir do interesse pela compreensão dos comportamentos políticos. Assim, seria a partir da cultura política que os pesquisadores poderiam se aproximar das motivações que conduzem os atores a assumir um determinado ato político. Mas o que seria cultura política?

No campo da nova historiografia dos objetos políticos, o desenvolvimento dos estudos sobre culturas políticas tentou se distanciar dos elementos problemáticos das formulações pioneiras de Almond e Verba (1963), que apontamos anteriormente, principalmente do seu caráter etnocêntrico, esquemático e funcionalista. No entanto, o que percebemos é que, junto das novas perspectivas, apropriações e reformulações, também existem aproximações às ideias-chaves desenvolvidas pela ciência política norte-americana. No campo da História, são de significativa relevância as reflexões teóricas do historiador francês Serge Berstein sobre o conceito.

Berstein (1998: 350-351) define a cultura política como um conjunto de normas, valores, tradições, práticas e representações difundidas e compartilhadas pelos indivíduos na sua experiência num dado ambiente histórico e cultural. Em torno delas, homens e mulheres se identificam e aderem aos seus símbolos e ritos. E, dessa forma, por elas, seus sentimentos e opiniões políticas são mobilizados, assim como suas ações políticas são orientadas, graças às leituras de mundo, de passado, de futuro, e de uma sociedade ideal que a cultura política lhes fornece.¹¹

¹¹ Nos termos de Berstein (1998: 350-351): [...] a cultura política [constitui] um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Se o conjunto é homogêneo,

Dentro dessa perspectiva, a cultura política figura como um dos elementos da cultura global de uma sociedade, referindo-se especificamente à sua dimensão política. Assim, seu estudo possibilita aos historiadores uma chave de compreensão

[...] das motivações dos atos dos homens num momento da história, por referência ao sistema de valores, de normas e crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade. Todos os elementos respeitantes ao ser profundo que variam em função da sociedade em que são elaborados e que permitem perceber melhor as razões dos atos políticos que surgem, pelo contrário como epifenômenos (Berstein, 1998: 363).

Em teoria, a origem de qualquer cultura política nas diferentes realidades históricas está vinculada às necessidades de resposta que os indivíduos buscam formular para os problemas do seu tempo, mas quando bem enraizadas, podem atravessar gerações. Dessa forma, ela resulta da experiência histórica de homens e mulheres. Estes interiorizam os elementos constituintes de uma determinada cultura política por diversos vetores (canais) de socialização, como a família, a educação formal, a igreja, o ambiente de trabalho, o serviço militar, a mídia, entre outros. Assim, a cultura política emerge de diferentes propostas que são adquiridas no mundo cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de racionalidades, que acabam por serem interiorizados, sensibilizando-o à recepção de ideias ou à adoção de comportamentos convenientes (Berstein, 1998: 355-357).

No Brasil, os estudos do pesquisador José Murilo de Carvalho em torno da influência da cultura política brasileira – e das elites em particular – para

as componentes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose, uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível, ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa, com grandes períodos do passado, uma visão institucional, que traduz o plano da organização política do Estado os dados históricos e filosóficos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como veem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são produtoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significativo.

formação das instituições políticas nacionais e da cidadania destacam-se pela ancoragem sobre o conceito de cultura política (Kuschnir; Carneiro, 1999: 236). Mattos (2014) atestou a retomada da história política articulada à história cultural entre os historiadores brasileiros nas primeiras décadas do século XXI, pela qual as abordagens a partir do conceito de cultura política é significativamente presente. Por essa via, por exemplo, diversos trabalhos emergiram voltados para a história política do pós-1930 e para a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985).¹² Sobre esse último tema, algumas dessas pesquisas têm contribuído ampliando discussões e perspectivas sobre o regime militar em seus diversos aspectos.¹³

Nessa direção, por exemplo, Daniel Aarão Reis Filho (2014) se propôs a questionar o caráter “excepcional” que parte da historiografia atribuiu, na história do Brasil, ao regime ditatorial vigente entre 1964 e 1985. Para tanto, buscou inserir esse processo político numa perspectiva histórica-temporal de longa duração e evidenciar os aspectos desse governo pertinentes a contextos anteriores e posteriores à sua vigência. Nessa direção, Reis partiu da hipótese de que o período histórico-político em questão seria um, entre outros, desde os anos 1930, marcado pela vitalidade de determinada cultura política: a cultura política nacional-estatista.¹⁴

Dessa forma, seu problema se resumia em verificar em que medida a cultura política nacional-estatista teria vigorado com nuances antes, durante

¹² Para uma síntese dessas produções, ver Mattos (2014).

¹³ Em virtude dos limites deste trabalho, nos ateremos, a seguir, aos estudos de Reis Filho (2014) e Motta (2014) com o objetivo de explicitar a maneira como o uso do conceito de cultura política, em trabalhos mais recentes, ampliou as perspectivas historiográficas sobre determinado processo histórico, sendo, neste caso, o período da Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil.

¹⁴ Nesse estudo, a referência teórica de Reis Filho (2014: 14-15) é na definição de cultura política de Berstein, que anteriormente apresentamos. Reis Filho afirma que a cultura política nacional-estatista nasceu durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) liderada por Getúlio Vargas, fundamentando ações governamentais e empolgando parte da população. Em síntese, tal cultura política se pautava nos seguintes práticas e valores: a defesa da centralização estatal subordinando interesses regionais e individuais; um ideário nacionalista e unificador; o apoio das Forças Armadas ao poder estatal; a realização de amplas alianças sociais controladas pelo Estado; o ideário da modernização e industrialização; uma política externa de afirmação nacional. A conjugação desses elementos, segundo o autor, criou um novo “modelo civilizatório”, uma cultura política no qual se afirmam como positivas as peculiaridades da história e da formação do povo brasileiro exaltando suas potencialidades, e gerando uma atmosfera otimista sobre os destinos da nação (Reis Filho, 2014: 18).

e depois da ditadura entre as elites dirigentes do país. Como recorte de análise, o pesquisador selecionou quatro momentos distintos: a ditadura do Estado Novo (1937-1945); o Governo Juscelino Kubitschek (1955-1960); o Governo Médici (1969-1974) e os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Observando discursos e ações governamentais, Reis Filho (2014) verificou que os elementos da cultura política nacional-estatista no todo ou em parte, com maiores ou menores modificações, atravessaram a direção do Estado brasileiro naqueles diferentes contextos políticos. Assim, nortearam políticas públicas em diferentes frentes, com destaque para os planos de desenvolvimento e modernização econômica-industrial. Ao mesmo tempo, estiveram presentes no discurso e na propaganda governamental, confluindo para moldar, em certa medida, a relação do Estado e suas lideranças para com a sociedade. Assim, nesses contextos, somado aos resultados das ações governamentais em algumas áreas, fomentou-se um clima de orgulho nacional e crença positiva sobre o futuro do país junto à parte da população.

Dessa forma, verificando as permanências da cultura política nacional-estatista que atravessou também o regime ditatorial entre 1964-1985, Reis Filho (2014: 29) defende que esse processo político não teria sido uma “exceção à regra” na história política nacional.

Também, Rodrigo Patto Sá Motta tem contribuído significativamente para as discussões em torno do conceito de cultura política no país. No artigo “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia” (2009), Motta enfatiza as implicações teórico-metodológicas que decorrem de suas apropriações pela historiografia e define cultura política como um

[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do

passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (Motta, 2009: 21).¹⁵

Para Motta (2009), o historiador precisa verificar que as culturas políticas são fenômenos que só podem existir na média e na longa duração do tempo histórico, haja vista estarem arraigadas à cultura de um grupo (crenças, mitos, tradições, valores, etc.), e que assim não há lugar para o efêmero.¹⁶ Além disso, Motta considera que uma cultura política não se constitui de forma isolada. Seus elementos práticos e representacionais são formulados na sua relação com a realidade e com culturas políticas concorrentes, podendo ser por elas influenciadas, principalmente quando as mesmas dispõem de características que têm grande aceitação social.¹⁷

Outro aspecto da argumentação de Motta (2009: 23) que nos parece fundamental diz respeito ao fato de as culturas políticas não se manifestarem exclusivamente pelas representações. Elas ganham vida nas inter-relações entre práticas e representações, na lógica de uma via de mão dupla. A restrição dos estudos de cultura política às representações pode empobrecer a compreensão de um fenômeno baseado numa mútua determinação, e não em oposição.¹⁸

Entre outros trabalhos, destacamos aqui a pesquisa de Motta que, à luz dessas formulações, desenvolveu o estudo intitulado “As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária”

¹⁵ Percebemos que a definição de Motta para o termo em questão alcança elementos formulados pela ciência social norte-americana dos anos 1950 e 1960, mas está profundamente ancorada nas postulações já discutidas de Serge Berstein.

¹⁶ Berstein (1998: 355-356) retira do efêmero e do imediato o processo de formação de uma dada cultura política, ao afirmar que as propostas que fundam as culturas políticas demoram a se impor. Normalmente, ousadas e inovadoras, tais respostas necessitariam de um espaço de duas gerações para que de uma nova solução se transformem numa corrente estruturada que origina um conjunto de representações normativas que penetre no espírito dos indivíduos e neles se tornem evidentes.

¹⁷ Nesse argumento, entendemos que Motta (2009) dialoga com as concepções de heterogeneidade cultural e de mudanças na cultura política que têm sido um caminho dos estudos do fenômeno político a partir do conceito de cultura política, como esboçamos brevemente em tópico anterior.

¹⁸ Motta (2009: 23) afirma que: “As ações influenciam as representações, que nelas se inspiram e buscam forma, e também garantem sua reprodução através de práticas rituais. Porém, as representações, ou os diferentes modos como os grupos figuram o mundo, são determinantes para suas escolhas e ações, pois os homens agem a partir de apreensões da realidade [...]. Influenciados por tais representações, os homens orientam suas ações, e, às vezes, agem movidos por paixões que a cegam”.

(2014). Nessa obra, o autor analisa a política universitária durante a Ditadura Militar (1964-1985), verificando, nesse âmbito, uma expressão da faceta ambígua e paradoxal de um regime político complexo que mesclava modernização, conservadorismo e autoritarismo em suas ações.¹⁹

Como uma das formas de se compreender tal fenômeno, Motta (2014: 13) argumenta que a moldura modernizadora, conservadora e autoritária do regime militar se conformou sob o impacto de algumas tradições que, entre outras, constituiriam a cultura política brasileira. Assim, neste contexto, reproduziam-se comportamentos políticos comuns à parte das elites dirigentes do país, que, historicamente tenderam à conciliação e acomodação²⁰ de grupos, objetivos e interesses, por vezes, distintos e antagônicos, a fim de evitar conflitos, tensões e rupturas radicais; escamoteando os problemas políticos e mantendo a ordem social tradicional, desigual e elitista.²¹ Também, repetiam-se as práticas de relações personalistas que privilegiavam laços e fidelidades pessoais em detrimento das leis, das instituições impessoais e de projetos políticos de interesse coletivo.

¹⁹ Motta (2014: 15) esboça esse quadro ambíguo e contraditório do regime autoritário que se expressou numa política universitária pautada numa “modernização autoritário-conservadora”. Dessa forma, havia um eixo modernizador baseado na [...] racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação. [...] No eixo conservador, o regime militar combateu e censurou as ideias de esquerda e tudo o mais que achasse perigoso e desviante – e, naturalmente, os defensores dessas ideias; controlou e subjugou o movimento estudantil; criou as Assessorias de Segurança e Informação para vigiar a comunidade universitária; censurou a pesquisa, assim como a publicação e circulação de livros; e tentou incutir valores tradicionais por meio de técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo e de iniciativas como o Projeto Rondon”.

²⁰ Em artigo posterior à obra aqui citada, Motta (2018) afirma e justifica a preferência pelo termo acomodação para definir tal tradição de comportamento político brasileiro. Entendido como um traço da cultura política brasileira, em síntese, ele define uma histórica tendência aos acordos explícitos ou arranjos tácitos entre dois campos ou lados, num jogo de mútuas concessões e numa relação de poder quase sempre assimétrica, que permitiram e permitem acomodar conflitos e tensões em diferentes espaços, situações, e diversos segmentos populacionais (Motta, 2018: 119-120).

²¹ Motta (2014: 14) afirma que podemos encontrar a manifestação de tendências conciliatórias em vários momentos da história brasileira, entre eles: no processo da Independência; na implantação da República em 1889; durante o Estado Novo; nos resultados da crise de 1964; na transição pós-autoritária; na ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder.

Empiricamente, entre outras observações, o autor sustenta essa hipótese, verificando que, fundado sob um apoio político e social heterogêneo, a política universitária formulada a partir de 1964 buscou conciliar propostas, objetivos e interesses distintos.²² Ao mesmo tempo, observa que nas universidades públicas, para além das ações repressivas, as relações entre a ditadura e os meios acadêmicos foram atravessadas por “jogos de acomodação”, pelos quais, numa via de mão dupla – mas assimétrica – por exemplo, agentes do estado e parte da elite intelectual flexibilizaram suas posturas e ações. Assim, por exemplo, observou-se uma “ditadura anticomunista” que, por um lado, expurgou docentes considerados “subversivos” das universidades públicas. Por outro, realizou acordos informais para proteger alguns intelectuais marxistas ou contratou professores com tal perfil. Dessa maneira, o Estado pode contar com esses profissionais, considerados importantes para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. E esses davam prosseguimento às suas carreiras acadêmicas, mesmo sob os limites de evitar posturas de oposição explícitas ao regime (Motta, 2014).²³

É válido destacar o foco de análise nas permanências de culturas políticas por distintos quadros históricos, políticos e institucionais dada por Reis Filho (2014) e Motta (2014) em suas pesquisas. Tal perspectiva traz à tona alguns elementos do debate teórico em torno da relação entre cultura política e estrutura política. Assim, esses estudos explicitam o fenômeno pelo qual as mudanças estruturais não implicaram no desaparecimento de determinados elementos da cultura política estudada. Ao mesmo tempo, não significou a total independência dessa em relação à estrutura (política, econômica e social) com a qual dialogava. A complexidade dessa relação é evidenciada na medida em que as culturas políticas observadas se adaptaram

²² Para esse estudo, Motta pautou sua investigação na coleta e análise de documentos oficiais do regime ditatorial e na formulação e apreciação de 50 entrevistas. O uso do conceito de cultura política e a reflexão acerca de uma cultura política nacional na qual personalismo e práticas de acomodação seriam uns dos seus elementos, emergiu a partir da abordagem de métodos comparativos que cotejaram a experiência ditatorial brasileira com outras congêneres do Cone Sul. Para mais detalhes sobre esse percurso ver Motta (2018).

²³ Apresentamos apenas um dos exemplos dessa estratégia de acomodação evidenciados por Motta (2014) em virtude dos limites desse trabalho. No entanto, ressaltamos que outras relações nesses termos são identificadas pelo pesquisador para sustentar sua hipótese.

e foram nuançadas, sofrendo modificações, mas permaneceram. Nota-se que a manutenção dessas culturas políticas ao longo do tempo encontra sustentação na reprodução de seus elementos por determinados grupos da sociedade que com elas se identificavam e as incorporavam, reconhecendo a vitalidade de seus valores e os resultados de suas práticas.²⁴

Ademais, o fato de duas análises abordarem culturas políticas com suas características e experiências históricas próprias sobre um mesmo período histórico, apontam para a realidade heterogênea que compõem o universo cultural do qual também se configura o mundo político de uma sociedade.

Considerações Finais

Por meio deste artigo tentamos brevemente discutir alguns aspectos da trajetória do conceito de cultura política a partir de sua formulação inicial na ciência política norte-americana e da sua apropriação pela historiografia contemporânea, mais basicamente, em relação às discussões e trabalhos realizados no campo da Nova História Política.

Nessa direção, verificamos que, para além dos limites e das críticas apontadas para as formulações de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963), não podemos desconsiderar o fato de que esses estudiosos fundaram as ideias elementares acerca do conceito de cultura política, dando início aos debates teóricos em torno do termo que possibilitarão seus usos, revisões e apropriações no campo da ciência social e política.

Dessa forma, no âmbito da História, identificamos alguns aspectos relevantes das apropriações e formulações próprias acerca do conceito por parte de alguns historiadores contemporâneos. Verificamos, nesse aspecto,

²⁴ Neste caso, é válido citar a explicação desse quadro dada por Motta (2014; 14-15) em seu estudo: “[...] A conciliação e a acomodação fazem parte do repertório de estratégias à disposição dos que disputam os jogos de poder no Brasil – ou seja, elas integram a cultura política do país –, e, como há larga tradição e vários exemplos bem-sucedidos, muitos líderes são incentivados a escolher tal caminho, na esperança de construir projetos políticos estáveis”.

que as proposições teóricas feitas pela historiografia apontam novas direções que geram distanciamentos em relação ao conceito chave de Almond e Verba. No entanto, a partir do que averiguamos, existem também diversos pontos de aproximação com as postulações teóricas daqueles estudiosos americanos. Nessa direção, vale destacar a pertinência de uma ideia fundamental para o estudo do político por meio da cultura política: o reconhecimento que, por meio de elementos subjetivos e culturais, podemos compreender os fatores motivadores dos comportamentos políticos.

Acreditamos que a manutenção dos debates em torno dos usos e apropriações do conceito de cultura política entre os historiadores é bastante pertinente para a historiografia contemporânea. Isso porque é possível verificar, nas últimas décadas, uma profusão de trabalhos que se fundamentam nesse arcabouço conceitual. Por um lado, observa-se a produção de pesquisas inovadoras sugerindo novos objetos e olhares sobre os fenômenos políticos. Por outro, o uso demasiado também pode incorrer na banalização do instrumental teórico, resultando em distorções e em aplicações inapropriadas, decorrentes, muitas vezes, dos impactos dos modismos intelectuais sobre os espaços acadêmicos.

Em relação aos usos potenciais do conceito de cultura política nas análises históricas dos fenômenos políticos, destacamos que são necessários cuidados teóricos e metodológicos por parte do historiador, no sentido de evitar um possível determinismo cultural. Como alerta o historiador Serge Berstein (1998: 349):

Forçoso é verificar que o historiador, aplicando a situações políticas precisas estas grelhas de análise [conceito de cultura política], é levado a concluir que elas não lhe permitem explicar, salvo de maneira parcial, fenômenos complexos de compreender. E se a cultura política responde melhor a sua expectativa é por que ela é, precisamente, não uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos.

No entanto, na análise da construção conceitual realizada por Berstein, Mattos (2014: 85) verifica que o próprio não foge ao risco que em certa

medida alerta. Segundo o historiador, Besrtein, ao abordar a cultura política como sistema de representações coletivas partilhados por um grupo social expressivo, sendo ela uma chave explicativa essencial para a compressão do fenômeno político, coloca em segundo plano os conflitos sociais, os interesses objetivos ou as ideologias para explicar a ação coletiva.

Mattos (2014) postula que o avanço do uso do conceito de cultura política, em parte significativa da historiografia contemporânea, tem resultado em abordagens deterministas.²⁵ Assim, os trabalhos dessa linha sobrevalorizam a cultura como fator fundamental – senão único – para a explicação do mundo político, em contrapartida à pequena – ou ausente – atenção dada às relações da cultura e outras dimensões.²⁶

Nessa direção, por exemplo, as historiadoras Sônia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes (2012) identificam que sob uma matriz culturalista, a partir dos anos 1970 e com mais amplitude nos anos 1990, emerge uma nova historiografia que secundariza o papel do Estado e das elites na análise dos fenômenos políticos.²⁷ Ademais, para essas historiadoras, essa “nova história política” partiria de uma imprecisa e abrangente concepção de cultura política. Adotando esse norte, muitos pesquisadores passaram a concentrar seus esforços analíticos em representações, ritos, símbolos e adornos do poder, em detrimento dos objetivos materiais do mesmo e suas implicações.

Dessa forma, a ênfase numa abordagem culturalista da história, por meio do conceito de cultura política, pode resultar em trabalhos que

²⁵ Mattos (2014) define como *culturalismo* a perspectiva determinista pela qual algumas análises historiográficas alçam a dimensão cultural de forma supervalorizada, senão unívoca, para explicar os fenômenos políticos. Nesses termos, em contrapartida, tal postura científica tenderia a desvalorizar ou mesmo anular os aspectos relativos aos interesses econômicos e sociais mais objetivos, e, principalmente, os conflitos sociais que os compõem. O pesquisador ressalta que, para além de uma moda acadêmica, a *via culturalista* é a base para formulação de políticas que interferem diretamente no cotidiano dos indivíduos.

²⁶ Mattos (2014) insere o determinismo cultural que verifica, em parte da historiografia atual, como um influxo do paradigma pós-moderno sobre a historiografia.

²⁷ Mendonça e Fontes (2012) destacam a influência de Michel Foucault sobre os historiadores a partir dos anos 1970, a partir do qual a atenção se volta para a análise dos micropoderes capilarizados no cotidiano, ao analisar as relações de poder. Por este caminho, nas décadas seguintes, os fenômenos políticos são observados por parte significativa dos historiadores relegando o Estado e os grupos dominantes a um segundo plano.

supervalorizam os aspectos representacionais e subjetivos do comportamento político, relegando a um segundo plano – ou mesmo se ignorando – a influência dos elementos materiais e estruturais da realidade para a construção das relações de poder, as escolhas, interesses, e posições dos indivíduos e grupos que as constituem. Nesse sentido, consideramos oportunos os questionamentos do historiador Ciro Flamarion Cardoso (2012: 52) sobre as elaborações de Serge Berstein acerca da “realidade” das culturas políticas enquanto manifestações do mundo representacional:

Tais formulações desnudam deficiências metodológicas, curiosas por sua (pelo menos aparente) ingenuidade. Em primeiro lugar, partilham um defeito presente desde o início nos estudos derivados dos *Annales* em matéria de temas como mentalidades, representações ou imaginários coletivos: considerá-los como antônimos da ‘realidade’. [...] Em segundo lugar, se nos momentos sociais de ‘traumatismo’ grave, ou nos ‘períodos críticos’, a realidade – e nos exemplos dados por Berstein fica claro que ela inclui proeminentemente aspectos estruturais do tipo econômico – social – é tão decisiva para o nascimento e a desagregação das culturas políticas, com que direito foi, então, evacuada da análise em favor das representações, se precisa ser invocada novamente nas explicações mais importantes de todas como uma espécie de fator externo? E não entrará tal fato em contradição com pretensão do autor no sentido de as culturas políticas, encaradas como representações sociais/individuais estruturadas, proporcionarem uma explicação melhor do que as que se baseiam nos aspectos estruturais?

Nesses termos, propor uma compreensão da dimensão política da sociedade por meio de uma perspectiva cultural não deve significar que os elementos culturais possuem um valor explicativo maior ou exclusivo para os fatos políticos em detrimento das outras esferas da vida. Na busca pelas motivações das ações dos atores políticos, as culturas políticas não devem ser vistas de forma isolada de outros aspectos da realidade (econômicos, políticos, sociais, etc.) em que se inserem os indivíduos. É na relação complexa e de mútuas influências entre cultura e estrutura que elas devem ser compreendidas. Mais do que isso, as culturas políticas não podem ser exaltadas como o único elemento explicativo e de leitura dos comportamentos dos sujeitos em relação ao político.

Referências Bibliográficas

ALMOND, G. The intellectual history of the civic culture concept. In: ALMOND, G.; VERBA, S. (orgs.). *The civic culture revisited: An analytic study*. Little Brown and Company, 1980, p. 1-36.

ALMOND, G.; VERBA, S. *The Civic Culture revisited: An analytic study*. Little Brown and Company, 1980.

ALMOND, G.; VERBA, S. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BERSTEIN, S. A cultura política. In: RIOUX, J-P.; SIRINELLI, J. F. (orgs.). *Por uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

CARDOSO, C. F. História e poder: uma nova história política. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 37-55.

DUTRA, E. R. de F. História e culturas políticas: definições, usos e genealogias. *Varia História*. Belo Horizonte, UFMG, n. 28, p. 13-28, 2002. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b56a786db43e1a02f3d0b/1462458024090/01_Dutra%2C+Eliana+R+de+Freitas.pdf. Acesso em: 15 jan. 2015.

MENDONÇA, S. R. de; FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 55-71.

KUSCHNIR, K.; CARNEIRO, L. P. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2100>. Acesso em: 20 jan. 2015.

MATTOS, M. B. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, D. B. (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 67-98.

MOISÉS, J. A. Cultura Política, Instituições e Democracia. Lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-43, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 fev. 2015.

MOTTA, R. P. S. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Revista Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, p. 109-137, 2018.

_____. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2014.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, R. P. S. (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-39.

REIS FILHO, D. A. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RENNÓ, L. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. *BIB*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 71-92, 1998.

VERBA, S. On revisiting the Civic Culture: a personal postscript. The civic culture revisited. In: ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney *The civic culture revisited: An analytic study*. Little Brown and Company, 1980, p. 394-410.